

Vulnerabilidade e ética em pesquisa: Uma análise da perspectiva dos docentes de Administração

Ligia Taís da Silva Matos
Universidade de Brasília (UnB)

Bruno Eduardo Freitas Honorato
Universidade de Brasília (UnB)

Felipe Fróes Couto
Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)

Resumo: A vulnerabilidade dos participantes em pesquisas científicas é um tema complexo, que ganhou destaque após episódios históricos de abusos e crimes contra proteção dos envolvidos. A falta de atenção específica à vulnerabilidade nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA) pode resultar em lacunas na proteção dos participantes e na abordagem inadequada de questões éticas, que são únicas a essas áreas. Este estudo aborda a percepção da vulnerabilidade entre os docentes da Administração, reconhecendo a necessidade de compreender as nuances desse conceito em diferentes contextos de pesquisa. A metodologia adotada envolveu entrevistas semi-estruturadas com os docentes, visando explorar suas percepções sobre a vulnerabilidade. Os resultados revelaram que os docentes percebem a vulnerabilidade como um fenômeno dinâmico, influenciado por diversas dimensões sociais, econômicas, políticas e relacionais. Isso ressalta a importância de uma compreensão mais holística da vulnerabilidade, tanto do ponto de vista teórico quanto prático na área de Administração. Além disso, a pesquisa enfatiza a necessidade de uma formação acadêmica mais sólida em ética e vulnerabilidade, bem como uma revisão dos processos éticos atuais para melhor atender às particularidades das CHSSA.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade; Ética em Pesquisa; Ética; Populações Vulneráveis.

1. Introdução

Existem muitos estudos relacionados à ética na pesquisa e às regulamentações éticas. Apesar do avanço das discussões, sobretudo, a partir da década de 90 no Brasil, autores como Alves e Teixeira (2020), Guerreiro (2023), Amaral Filho (2017) e Nicácio (2023) destacam que as diferenças significativas entre a área Biomédica e as Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (CHSSA) ainda persistem nas regulamentações. Enquanto as diretrizes éticas na área biomédica são bem desenvolvidas e focadas em proteger os participantes de danos físicos, devido à sua natureza física e médica intrusiva, realizadas principalmente em estudos clínicos que envolvem intervenções no corpo dos participantes, as particularidades das metodologias das CHSSA muitas vezes não são consideradas, objetivam o acesso a sistemas de significado, resultando em processos de revisão ética inadequados (Alves & Teixeira, 2020; Duarte, 2015). Os autores afirmam que isso acontece porque a regulamentação da ética em pesquisa foi formulada inicialmente para as Ciências Biomédicas e reproduzida para as outras áreas utilizando-se os mesmos critérios. A padronização biomédica esvazia a reflexão ética mais ampla necessária nas pesquisas em humanidades, demandando uma abordagem ética diferenciada que não seja simplificada de critérios biomédicos (Alves & Teixeira, 2020).

A pesquisa científica pode expor os sujeitos pesquisados a riscos e danos, exigindo a adoção de medidas de proteção para garantir sua segurança e bem-estar (Batistiolle & Júnior, 2006). Populações vulneráveis, especialmente aquelas que carecem de poder e acesso a cuidados básicos, podem se sentir pressionadas ou coagidas, devido ao medo de possíveis consequências negativas ao recusar a participação na pesquisa (Tengan, 2005; Rogers & Ballantyne, 2008). Ao longo do tempo, esses riscos foram gradualmente reconhecidos, levando ao desenvolvimento de regulamentações e diretrizes éticas para proteger os participantes de danos físicos, psicológicos e sociais.

Diferentes autores discutem os problemas relacionados à ética na pesquisa em CHSSA após a aprovação da Resolução nº 510/2016, emitida pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS). Mainardes (2017) destaca a inadequação do sistema de revisão ética atual, caracterizado pela burocracia, enfoque utilitarista e centralização, que não considera as particularidades da pesquisa nas CHSSA. Por outro lado, Amaral Filho (2017) aborda a disputa política imposta pela área biomédica e critica a aplicação de normas concebidas para a pesquisa biomédica nas CHSSA, em que a Resolução Nº 510/2016 perpetua uma concepção dualista entre sujeito e objeto, inadequada para as pesquisas das CHSSA, e por exigir uma classificação de riscos e danos que não considera a complexidade das investigações nesse campo. Guerreiro (2023), por sua vez, evidencia a predominância biomédica no Sistema de Comitês de Ética em Pesquisa e Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/Conep), resultando em orientações contraditórias com a Resolução Nº 510/2016 e na falta de representatividade das CHSSA nos processos decisórios.

Embora vários autores tenham contribuído para a discussão sobre as dificuldades éticas na pesquisa das CHSSA, um aspecto que parece ser negligenciado em suas análises é o tema

da vulnerabilidade, especificamente na área da Administração. Entre as diversas questões levantadas pelos autores, como a necessidade de diretrizes específicas, revisões regulares e abordagens mais inclusivas, há uma lacuna perceptível quando se trata de examinar de forma mais aprofundada como a vulnerabilidade dos participantes pode influenciar a ética da pesquisa nas CHSSA. Na área da Administração, em específico, embora tenhamos pesquisado nas bases Scielo, Google Scholar, Scopus e Web of Science, não encontramos estudos que abordem diretamente essa questão.

Tendo em vista que não há uma definição clara e uma compreensão aprofundada sobre a percepção de vulnerabilidade nas pesquisas em CHSSA, este estudo busca preencher essa lacuna, focando especificamente na área de Administração. De modo a descobrir como os pesquisadores definem vulnerabilidade, identificar em quais contextos ela se manifesta e os principais riscos para o participante, visando aprimorar as práticas éticas e promover uma pesquisa mais responsável e sensível às especificidades desse domínio.

No decorrer do artigo, é apresentada uma fundamentação teórica sobre a compreensão da vulnerabilidade, examinando sua definição e como ela se relaciona com o conceito de risco. Além disso, é discutido como a vulnerabilidade é percebida tanto para as Ciências Biomédicas quanto para as CHSSA. Na seção de metodologia, foi detalhado a abordagem de coleta e análise de dados. Por fim, é apresentada a análise dos dados coletados e as considerações finais.

2. Fundamentação teórica

2.1 Vulnerabilidade

Vulnerabilidade é um termo empregado geralmente para descrever predisposições ou suscetibilidade ao estresse (Yunes & Szymanski, 2001). A noção de vulnerabilidade é frequentemente representada de maneira negativa, indicando um estado de fragilidade resultante de três fatores principais: exposições ao risco, mudanças sociais e/ou ambientais e falta de capacidade de adaptação (Aquino et al, 2017). Sob diferentes perspectivas, decorre de situações em que pessoas ou grupos se encontram em uma posição de fraqueza, desvantagem ou incapacidade de proteger seus próprios interesses, influenciados por fatores individuais, psicológicos, sociais, econômicos, culturais ou políticos, tornando-os mais suscetíveis a danos e riscos (CIOMS 2002; Kottow 2003; Neves 2006; CNS, Res. 510/2016, art. 2). Sendo assim, é uma interação complexa de diversos elementos que pode resultar na redução ou aumento dos riscos enfrentados por indivíduos ou grupos humanos em várias situações ao longo de suas vidas (Esteves, 2011).

Kottow (2003), Rogers e Ballantyne (2008) classificam os fatores de vulnerabilidade em dois tipos distintos: intrínseca e extrínseca. A vulnerabilidade intrínseca está relacionada a características e condições internas dos indivíduos ou grupos que reduzem a capacidade de tomar decisões, tais como deficiência intelectual, doença mental e idade. Já a vulnerabilidade

extrínseca se refere a circunstâncias externas como falta de recursos socioeconômicos, falta de escolaridade e até mesmo dificuldades geográficas.

O Ofício Circular nº 11/2023 do Conep tem como objetivo principal estabelecer orientações para garantir o respeito e a dignidade dos participantes de pesquisa menores de 18 anos e aqueles com "ausência de autonomia" para consentir, seja de forma permanente ou temporária. Ele exige que os pesquisadores e os Comitês de Ética em Pesquisa adotem procedimentos específicos para obter o consentimento desses participantes, assegurando sua proteção durante o processo de pesquisa. Para isso, o ofício orienta que o convite para participação seja feito de forma não coercitiva, em linguagem acessível e compreensível, considerando a capacidade de entendimento de cada participante. Destaca a importância de explicar claramente os objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, proibindo a oferta de incentivos que possam influenciar na decisão dos participantes (CNS, 2023).

A vulnerabilidade não deve ser confundida com incapacidade, combatendo-se assim preconceitos capacitistas que possam influenciar a abordagem ética das pesquisas envolvendo pessoas com deficiência (Melo, 2016). Reconhecer que a vulnerabilidade pode ser dinâmica e situacional, variando ao longo do tempo e em diferentes contextos, pode ajudar a entender a complexidade desse termo.

2.2.1 Vulnerabilidade na pesquisa científica

Em princípio, todos os indivíduos se encontram em estado de vulnerabilidade ao participar de pesquisas, as quais são definidas como empreendimentos direcionados à descoberta ou validação de novos saberes, ou à sua aplicação em contextos específicos, muitas vezes acarretando a exposição a riscos ou a possibilidade de danos cuja extensão e natureza podem não ser plenamente conhecidas (Santana & Lorenzo, 2008).

No contexto ético da pesquisa, a vulnerabilidade surge quando os participantes têm relativamente menos poder em comparação aos pesquisadores. Essa desigualdade de poder pode ser resultado de várias razões, como assimetria de conhecimento, desigualdade socioeconômica, doenças ou deficiências intelectuais, tornando os sujeitos mais suscetíveis a coerção para participar de pesquisas que não são de seu melhor interesse ou para não receber uma distribuição justa dos benefícios da pesquisa com a população do estudo (Rogers & Ballantyne, 2008). Populações vulneráveis, especialmente aquelas que carecem de poder e acesso a cuidados básicos, podem se sentir pressionadas ou coagidas a não recusar a participação na pesquisa devido ao medo de possíveis consequências negativas. Em outros cenários, a não recusa pode ocorrer porque a participação é percebida como a melhor opção disponível naquele momento. Wilkinson e Moore (1997) temem que os participantes sejam "cegados" pelos incentivos oferecidos e subestimem os riscos associados à pesquisa; como consequência, os participantes superestimam os benefícios.

Santana e Lorenzo (2008) definem cinco critérios da vulnerabilidade: 1) A fragilidade das capacidades nacionais para conduzir pesquisas; 2) Condição de carência econômica que pode levar à participação em estudos em busca de benefícios; 3) Falta ou precariedade dos serviços de saúde que torna os participantes reféns das oportunidades oferecidas pelos estudos;

4) Baixo nível educacional que compromete a compreensão dos procedimentos de pesquisa e;
5) a capacidade de consentimento informado, e as disparidades socioeconômicas e culturais associadas a gênero, etnia e localização domiciliar, que podem afetar diferentes grupos de forma desigual, limitando sua capacidade de autodeterminação na decisão de participar em pesquisas.

Esses critérios levam aos seguintes questionamentos: as pessoas buscam os benefícios das pesquisas e assumem riscos? Elas se autodeterminam com autonomia ou estão cegadas? Até que ponto podemos determinar se algo apresenta ou não riscos? A busca por benefícios, como incentivos econômicos, pode levar indivíduos a aceitarem riscos que, em outras circunstâncias, rejeitariam?

A resolução CNS Nº510/2016 define a vulnerabilidade na pesquisa da seguinte forma:

XXVI - vulnerabilidade: situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos (CNS, 2016, p.4).

Determinar o nível de risco associado a uma pesquisa envolve não apenas uma avaliação técnica, mas também uma sensibilidade às condições de vida dos participantes, reconhecendo que a vulnerabilidade pode distorcer a percepção de risco e do TCLE. Beauchamp e Childress (2012), reforçam a importância da proteção de pessoas ou grupos por meio da exigência ampla e rigorosa do consentimento informado, cumprindo o princípio da autonomia, compreendida como a capacidade de autodeterminação, e rejeitando o protecionismo paternalista.

O Relatório Belmont destaca três princípios éticos para pesquisa com seres humanos: respeito pela autonomia, beneficência e justiça. Respeitar a autonomia significa proteger indivíduos vulneráveis. A beneficência visa maximizar benefícios e minimizar danos aos participantes. A justiça exige seleção equitativa e imparcial dos participantes, sem discriminação, garantindo oportunidades iguais para participação (Neves, 2006).

2.2.2 Vulnerabilidade nas Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas

A falta de atenção específica à ética nas CHSSA pode de fato resultar em lacunas significativas na proteção dos participantes e na abordagem inadequada de questões éticas únicas a essas áreas. Uma dessas questões é a exploração e definição da vulnerabilidade dos participantes de pesquisa. Nas investigações na área da saúde, é frequente o uso dos termos "vulnerabilidade" e "vulnerável" para referir-se à propensão das pessoas a enfrentarem problemas e danos à saúde (Nichiata et al., 2008), nas CHSSA a vulnerabilidade pode assumir diferentes formas, como desigualdades socioeconômicas, marginalização social, discriminação, falta de acesso a recursos e poder desigual nas relações sociais.

Os participantes podem estar sujeitos a pressões psicológicas, sociais, políticas ou culturais, conforme a resolução 510/2016, que os tornam vulneráveis a danos ou exploração durante a pesquisa. Nas CHSSA, a vulnerabilidade dos participantes de pesquisas pode acontecer devido à exposição de sua privacidade e emoções, especialmente em situações como

entrevistas em profundidade ou observações de participantes. A proteção dos participantes nessas pesquisas é construída sobre as vulnerabilidades peculiares às relações humanas, incluindo exposição da privacidade, riscos ligados ao contexto da relação, manipulação ou abuso da confiança, entre outros (Alves & Teixeira, 2020).

A pesquisa nessas áreas exige uma avaliação ética que leve em conta uma percepção pluralista de ciência, incluindo dimensões como liberdade, autonomia individual e coletiva, direitos humanos, diversidade, democracia e vulnerabilidades sociais (Alves & Teixeira, 2020). As regulamentações devem considerar as complexidades das diferentes áreas de pesquisa para garantir que sejam conduzidos de forma ética e responsável, protegendo os direitos e o bem-estar dos participantes.

3. Método de pesquisa

Este estudo tem como objetivo principal investigar a percepção da vulnerabilidade entre os docentes da Administração. Para atingir esse objetivo, foi adotado uma metodologia qualitativa, buscando compreender a profundidade, dinâmica e a intensidade dos fenômenos para promover uma compreensão mais rica e profunda da realidade social (Demo, 2001). Essa abordagem de pesquisa qualitativa se concentra na análise minuciosa de microprocessos sociais, incluindo ações individuais e grupais. É caracterizada pela flexibilidade na análise de dados, pela proximidade entre pesquisador e participantes, e pela interpretação das interpretações dos sujeitos investigados (Martins, 2004).

Para coletar dados, foram empregadas entrevistas semi-estruturadas, caracterizadas pela utilização de um conjunto inicial de questões abertas, com liberdade para explorar temas adicionais durante o diálogo, permitindo uma investigação detalhada, capturando nuances, detalhes contextuais e padrões nos dados coletados (Guazi, 2021). Algumas entrevistas foram realizadas de forma presencial e quando necessário por aplicativo de chamada de vídeo, Microsoft Teams. Essa estratégia mostrou-se adequada à problemática do estudo porque permitiu uma exploração profunda das percepções e experiências dos participantes, necessário para compreender um conceito subjetivo como a vulnerabilidade.

O roteiro da entrevista foi criado com base em uma revisão extensa da literatura e ajustado para garantir que todas as questões relevantes fossem abordadas de maneira abrangente. Para recrutar os participantes, foram realizados contatos por e-mail pessoal ou presencialmente com os professores, nos quais os objetivos da pesquisa foram explicados, após o consentimento dos participantes, foram agendadas as entrevistas. A coleta de dados foi realizada conforme planejado, sem problemas significativos no campo.

Foi realizada uma entrevista com um grupo focal com o objetivo de abordar questões relacionadas à ética em pesquisa na Administração. Participaram quatro professores de diversas instituições de ensino superior e áreas de especialização, com ampla experiência acadêmica e expertise em Administração, representando diferentes perspectivas e contextos institucionais. A moderação foi conduzida por um professor, auxiliado por duas colaboradoras, uma graduanda e uma pós-graduanda em áreas relacionadas. A discussão abrangeu tópicos diversos durante aproximadamente 1 hora e 40 minutos.

A coleta de dados foi encerrada quando os conceitos começaram a se repetir e as percepções se mostraram saturadas, com os participantes apresentando pontos de vista semelhantes, alcançando um ponto de saturação teórica e interpretativa.

Dentro dessa abordagem qualitativa, realizamos 22 entrevistas individuais com docentes de Administração de três universidades distintas, sendo 31.82% de mulheres e 68.18% de homens. A Tabela 1 apresenta a distribuição dos participantes entrevistados e do grupo focal do estudo, detalhando a quantidade total e a divisão por gênero.

Tabela 1. Dados dos Participantes.

	Distribuição regional	Total de Participantes	Distribuição por Gênero (%)	Identificação do participante
Entrevista	Federal de capital	11	63,64% Homens (7), 36,36% Mulheres (4)	Entrevistados de 1 a 11
Entrevista	Federal do interior país	6	66,67% Homens (4), 33,33% Mulheres (2)	Entrevistados de 12 a 17
Entrevista	Federal Estadual do interior do país	5	80% Homens (4), 20% Mulheres (1)	Entrevistados de 18 a 22
Grupo Focal	Diversos	4	75% Homens (3), 25% Mulher (1)	Entrevistados de 23 a 26

Fonte: Autoria Própria.

Durante todo o processo, os participantes foram devidamente informados sobre os propósitos da pesquisa e expressaram seu consentimento informado para participação, o qual foi registrado por meio de gravação de áudio durante as entrevistas. Em todas as etapas, foi rigorosamente garantida a confidencialidade e o anonimato dos participantes, assegurando que nenhum nome ou identificação pessoal fosse divulgado.

Os dados das entrevistas foram analisados usando a análise de conteúdo, em que o processo seguiu várias etapas: uma pré-análise envolveu uma leitura flutuante de todas as entrevistas escritas; os dados foram codificados para formar categorias de análise; as unidades de registro foram recortadas (parágrafos/falas das entrevistas); essas unidades foram agrupadas em categorias iniciais e depois refinadas em categorias finais; por fim, as categorias finais foram analisadas para inferir significados e interpretar os dados, com base no referencial teórico e nas entrevistas. Essa análise permitiu identificar padrões e tendências significativas nas percepções dos docentes sobre vulnerabilidade, enriquecendo a compreensão dos resultados deste estudo.

4. Resultados e Discussão

4.1 Conceito de vulnerabilidade e suas dimensões

Os docentes de Administração percebem o conceito de vulnerabilidade como algo complexo, que apresenta uma visão multifacetada e se manifesta em diversos níveis. A vulnerabilidade não se restringe apenas a aspectos econômicos, mas também engloba dimensões sociais, políticas, e até mesmo relacionais, que venha a trazer danos. As falas dos entrevistados refletem essa compreensão abrangente da vulnerabilidade, como por exemplo:

"A vulnerabilidade tem uma série de camadas. A camada social, a camada econômica, a camada política." (Entrevistado 22). "A vulnerabilidade é relacional. Ela é produzida dependendo do contexto em que você está." (Entrevistado 10).

Expressões como "uma série de camadas" e "a vulnerabilidade é relacional" ilustram a amplitude do conceito. Significa que não é apenas uma característica individual, mas é moldada pelas interações sociais e estruturais em um contexto específico, implicando na complexidade em entender e abordar as dinâmicas de poder e as interações sociais que influenciam a vulnerabilidade dos participantes.

A definição de vulnerabilidade como "Exposição, é a fragilidade que ele tem diante de determinadas situações" (Entrevistado 19) destaca a natureza dinâmica e situacional desse fenômeno. Isso acontece devido seu conceito não ser determinado apenas por um fator, mas sim por intersecção de múltiplos aspectos como pobreza, exclusão social, falta de acesso a serviços de saúde, e contextos culturais específicos (Santana & Lorenzo, 2008). Esses fatores interagem para moldar a suscetibilidade de indivíduos e comunidades a danos ou exploração em ambientes de pesquisa.

Segundo Kottow (2003), existem dois tipos de vulnerabilidade: Intrínseca e Extrínseca. No contexto da vulnerabilidade intrínseca, as entrevistas mostram que poucas pessoas deram exemplos, destacando a ausência de certas funcionalidades físicas, conforme a fala abaixo:

"Crianças, pessoas com portadoras de deficiência mental, pessoas que não podem sozinhas tomar decisões psicológicas, são vulneráveis. (Entrevistado 7) / "Pensar a vulnerabilidade por conta da ausência de determinadas funcionalidades físicas (pessoa amputada/ lesão medular)" (Entrevistado 21).

A fala do Entrevistado 7 sobre crianças e pessoas com deficiência mental ilustra essa noção de vulnerabilidade intrínseca, onde esses grupos podem não ter a capacidade de proteger seus próprios interesses ou de compreender completamente as consequências de suas ações. Já o Entrevistado 21 fala sobre a ausência de determinadas funcionalidades físicas, que pode afetar não apenas a independência dessas pessoas, mas também sua capacidade de participar plenamente da sociedade, acessar oportunidades de educação, emprego e lazer, e até mesmo sua autoestima e bem-estar emocional.

A vulnerabilidade extrínseca teve exemplos mais recorrentes, dentre eles os mais mencionados foram: desvantagem política, econômica e social, como populações em situação de pobreza, refugiados, vítimas de violência doméstica e minorias políticas. Essas perspectivas estão alinhadas com o conceito de vulnerabilidade delineado na resolução 510/2016:

“Situação na qual pessoa ou grupo de pessoas tenha reduzida a capacidade de tomar decisões e opor resistência na situação da pesquisa, em decorrência de fatores individuais, psicológicos, econômicos, culturais, sociais ou políticos” (Art. 2, XXVI, p. 4).

No contexto da pesquisa, a vulnerabilidade é vista como algo que pode colocar o participante em risco, expor ou prejudicá-los de alguma forma. É a condição na qual certos grupos ou indivíduos estão em desvantagem em relação aos outros, tornando-os mais suscetíveis a danos ou injustiças durante o processo de pesquisa (Tengan, 2005). Rogers e Ballantyne (2008) afirmam que a vulnerabilidade na pesquisa ocorre quando participantes têm menos poder do que os pesquisadores, podendo resultar em coerção para participação ou falta de distribuição justa dos benefícios, devido a desigualdades socioeconômicas, de conhecimento ou de saúde.

De forma específica, a vulnerabilidade emerge quando os participantes se veem obrigados a participar, enfrentam desigualdades de poder, esperam benefícios em troca, são expostos a situações adversas e até mesmo são confrontados com traumas passados. Populações vulneráveis podem sentir-se pressionadas a participar de estudos devido ao receio de consequências negativas ou à percepção de que é a única opção viável, levando a uma avaliação desequilibrada entre os benefícios e os riscos envolvidos (Wilkinson & Moore, 1997).

As falas dos entrevistados exemplificam a complexidade dos contextos de vulnerabilidade, destacando uma variedade de circunstâncias nos quais a vulnerabilidade pode surgir, intrinsecamente ligada a fatores sociais, econômicos, políticos e psicológicos. Como por exemplo:

“Uma população vulnerável está em um contexto desigual, onde as forças estão desequilibradas, tornando-a mais fraca.” (Entrevistado 21). / “Possuem menos força, forças sociais, forças econômicas, forças políticas, para virarem a mesa.” (Entrevistado 17).

Os entrevistados trouxeram uma variedade de exemplos de populações vulneráveis. Desde grupos étnicos marginalizados, como indígenas, quilombolas e ribeirinhas. A pobreza foi bastante destacada, com menções a agricultores familiares de baixa renda e beneficiários de programas habitacionais. Além disso, situações extremas, como refugiados, especialmente para mulheres negras, foram enfatizadas como uma forma de vulnerabilidade agravada. Outros exemplos incluíram crianças, pessoas com deficiência mental e aquelas que não podem tomar decisões psicológicas sozinhas, além de vítimas de violência doméstica, grupos LGBTQs, população carcerária e grupos afetados por desastres naturais ou tecnológicos. Descrevem também a necessidade de abordagens éticas específicas ao pesquisar esses grupos, reconhecendo suas particularidades e implementando medidas para proteger sua autonomia e bem-estar, conforme a fala abaixo:

“Você tem riscos de vários tipos, os povos originários, por exemplo, você não pode deixar qualquer um entrar numa tribo indígena. Você tem ameaças para a cultura deles, de vários tipos, até de doença mesmo. São populações extremamente isoladas, extremamente vulneráveis” (Entrevistado 18).

Alguns indivíduos podem não ser naturalmente vulneráveis, mas acabam se tornando vulneráveis devido a situações específicas (Rogers & Ballantyne, 2008). É importante entender que a vulnerabilidade não é fixa e pode mudar dependendo do ambiente e das circunstâncias em que uma pessoa se encontra.

Em uma organização, podem existir dificuldades hierárquicas, subordinação e falta de poder decisório dos trabalhadores, aspectos econômicos como exposição a condições precárias e salários baixos, questões técnicas e informacionais como a falta de acesso a informações relevantes e tecnologias necessárias para o trabalho, vulnerabilidade psíquica com problemas de saúde mental decorrentes do ambiente ou das condições de trabalho, e ainda a vulnerabilidade ambiental, com exposição a condições perigosas ou insalubres (Alves, 2020). Esses problemas têm impacto direto na pesquisa em CHSSA, podem influenciar a qualidade dos dados, o consentimento informado dos participantes e a saúde dos trabalhadores.

A percepção de vulnerabilidade compromete a confiança interpessoal e dificulta o desenvolvimento de um ambiente de trabalho positivo e produtivo (Fischer & Novelli, 2008), o que consequentemente impacta os funcionários. Da mesma forma, nas pesquisas a vulnerabilidade dos participantes pode comprometer a qualidade dos dados e a relação entre pesquisador e participante. Um desafio significativo para a CHSSA é a questão da vulnerabilidade dos participantes de pesquisa, especialmente em estudos que abordam dinâmicas de poder e desigualdade. Essa vulnerabilidade pode se manifestar tanto nos consumidores finais quanto nos trabalhadores envolvidos na cadeia produtiva, afetando o bem-estar dos indivíduos e grupos específicos, como imigrantes e sem-teto (Silva et al., 2021). Os pesquisadores em Administração devem considerar cuidadosamente o impacto de suas investigações sobre os participantes.

Há variação na abordagem da vulnerabilidade em diferentes áreas, as percepções dos entrevistados sugerem que essa discussão pode ser mais evidente em áreas onde os riscos são mais palpáveis, como nas ciências biomédicas, por lidarem com vulnerabilidades relacionadas às questões materiais do corpo e da mente o risco seja mais evidente. Enquanto a pesquisa em Administração, por ser uma área com menos risco, o tema ainda carece de desenvolvimento. Como exemplificado nas falas abaixo:

“Na área de Administração, tende a ser menos arriscado do que na área de psicologia, por exemplo, mas depende da natureza da pesquisa, que tipo de pesquisa você está fazendo” (Entrevistado 18) / “Acho que as áreas são diferentes. Eu não conheço a área de Biomédicas, mas imagino que o risco lá em geral, seja maior. Agora, tudo depende com que você está lidando” (Entrevistado 18) / “Na área de Ensino e Pesquisa em Administração, não via quase nada dessa discussão sobre ética em pesquisa e continuo não vendo. Então não se fala muito.” (Entrevistado 24).

Os entrevistados 23 e 26 discutem as dificuldades de entendimento mútuo entre áreas distintas, enfatizando a importância de adaptação dos CEPs para refletir melhor as especificidades de cada campo. Sugerem que os critérios atuais dos CEPs, originalmente voltados para a saúde, podem não estar adequados para pesquisas qualitativas nas ciências sociais, necessitando de uma revisão para melhor contemplar essas áreas. O Entrevistado 26 sugeriu a inclusão de mais representantes dessas áreas nos conselhos de ética, para flexibilizar

os processos para uma maior autonomia nas decisões de pesquisa dentro de contextos organizacionais.

"Se uma pessoa da saúde pega um estudo da área de ciências sociais, possivelmente, algumas coisas, pra ela, vai ser muito mais bater cabeça do que pra uma pessoa que já é das ciências sociais e vice-versa. Assim, então eu acho que a gente tem aí argumentos que fortalecem essa necessidade de descentralização, de criar os nossos CEPs" (Entrevistado 23) / "Na pesquisa quali, é muito difícil o pessoal da saúde, às vezes, entender a pesquisa quali. [...] Acho importante de debater mesmo, essa dificuldade de compreender especificidades da nossa área" (Entrevistado 26) / "Deveria metade (do cep) ser da área, pelo menos, mas parece que essa regra não tá sendo cumprida (Entrevistado 26) / "É pensar mesmo essa questão de uma certa flexibilização ou ampliação desse sistema pra que a gente tenha mais possibilidades de ampliar" (Entrevistado 26).

Os desafios enfrentados por pesquisadores na área da Administração são evidenciados pela necessidade de uma postura crítica que frequentemente entra em conflito com os interesses corporativos. Além disso, há uma complexidade na compreensão pelos comitês de ética das dinâmicas organizacionais, como a autonomia dos gestores em decidir sobre sua participação em pesquisas. Isso é ilustrado pela dificuldade relatada em obter permissões adequadas para estudar organizações específicas, o que muitas vezes leva os pesquisadores a ajustar seus protocolos de pesquisa para atender a requisitos sem comprometer a qualidade e o rigor ético. A busca por formas alternativas de conduzir estudos, como entrevistas fora do ambiente de trabalho e garantia de anonimato, indica uma tentativa de contornar as barreiras impostas pelos procedimentos padrão, que nem sempre se ajustam adequadamente aos métodos e às realidades da pesquisa qualitativa nessas áreas.

"Para nós, que somos pesquisadores da Administração, que temos uma postura um pouco mais crítica, óbvio que essa criticidade não é de interesse das organizações. Portanto, a gente não vai conseguir essas autorizações." (Entrevistado 26) / "A primeira vez que eu submeti, eles me pediram autorização de todas as organizações [...] ou instituições socio-educativas autorizando a minha entrada ou a minha pesquisa com os profissionais. Era algo totalmente inviável de ser feito. Então eu simplesmente abandonei essa submissão, fiz uma nova dizendo que não era um estudo multi-casos, que eram só percepções de profissionais da área com entrevistas fora do ambiente de trabalho; fora do horário de trabalho; entrevistas online, como a gente tá tendo aqui; garantindo anonimato." (Entrevistado 25).

É necessário repensar o sistema de revisão ética atual, para uma abordagem mais flexível e sensível às particularidades das CHSSA, assim como uma abordagem mais inclusiva, contextualizada e sensível às necessidades dos participantes de pesquisa, acompanhada por uma revisão crítica das práticas e orientações atuais em ética em pesquisa (Mainardes, 2017; Amaral Filho, 2017). Especificamente em pesquisas em Administração, onde as dinâmicas organizacionais podem intensificar a vulnerabilidade dos participantes, é crucial considerar as relações de poder, hierarquia e exposição a condições adversas.

4.2 Riscos para o pesquisador e para o pesquisado

Toda pesquisa tem o potencial de causar danos, todo participante é potencialmente vulnerável em certa medida (Rogers & Ballantyne, 2008), pois envolve a exploração de temas que podem ser sensíveis ou procedimentos que podem ser invasivos. A participação em pesquisas expõe os indivíduos a riscos ou possíveis danos, os quais podem ser totalmente ou parcialmente desconhecidos, tornados suscetíveis à vulnerabilidade (Paranaguá & Lorenzo, 2008).

Os participantes podem se tornar vulneráveis em diversas condições, incluindo educação limitada, baixa escolaridade, idade avançada, desemprego, condição socioeconômica precária, problemas de saúde física e isolamento social. Esses fatores podem aumentar os níveis de estresse, ansiedade e vulnerabilidade psicológica (Diniz & Corrêa, 2001; Tengan, 2005).

Em organizações, a hierarquia de poder cria um ambiente onde o consentimento pode não ser totalmente voluntário. Além disso, em ambientes institucionais como hospitais e escolas, a dependência dos participantes dos serviços oferecidos pela instituição pode levá-los a sentir-se obrigados a participar em troca de cuidados ou benefícios, conforme definido por Santana e Lorenzo (2008), onde um dos cinco critérios da vulnerabilidade é a falta de recursos financeiros que pode motivar indivíduos a se engajarem em estudos com a esperança de obter benefícios.

A Resolução nº 674/2022 aborda uma série de riscos enfrentados pelos participantes de pesquisa, incluindo danos físicos, como lesões ou desconforto físico durante procedimentos; danos psicológicos e emocionais, como estresse, ansiedade ou trauma decorrentes das atividades da pesquisa; riscos sociais, como estigma ou discriminação em razão da participação no estudo; além de riscos psicossociais, de privacidade, confidencialidade, éticos e de segurança dos dados. A resolução exige que os pesquisadores identifiquem, avaliem e minimizem esses riscos, garantindo que os benefícios potenciais da pesquisa superem os danos esperados (CNS, 2022).

Muitos dos entrevistados afirmaram que as pesquisas em Administração não apresentam tantos riscos para o participante quanto às pesquisas em outras áreas, como mostrado nas falas do Entrevistado 9:

“A Administração, querendo ou não, é uma área com risco baixo comparado aos outros. Apesar do risco ser existente, o risco é muito baixo. Então, em alguns casos, talvez não faça sentido falar de população vulnerável”. “O risco psicológico existe (em Administração), mas muito baixo”.

Os entrevistados possuem uma perspectiva cautelosa em relação aos potenciais impactos e vulnerabilidades que os participantes podem enfrentar ao colaborar em estudos de Administração, mesmo que os riscos sejam percebidos como baixos não significa que são inexistentes. As preocupações principais giram em torno da possibilidade de divulgação inadequada de dados, manipulação, respostas artificiais, constrangimento, consequências profissionais, riscos psicológicos, exposição a situações de assédio moral ou ameaças.

“Risco de ser expostas a situações de assédio moral ou algo do tipo, alguma outra violência dentro das organizações.” (Entrevistado 4) “Algumas pesquisas podem representar a demissão de um indivíduo.” (Entrevistado 18). “(O pesquisador) poderia induzir a uma resposta socialmente desejada.” (Entrevistado 12 / “Quando a gente

aborda grupos que estão vulnerabilizados, o próprio ato de contar e recontar o trauma já é extremamente traumático, especialmente quando esse trauma não é endereçado, então ele fica revivendo a violência." (Entrevistado 23).

Quando se lida com pesquisas que envolvem pessoas, é importante lembrar que os pesquisadores também encaram diversos desafios e responsabilidades éticas. Todas as resoluções concentram-se na proteção dos participantes da pesquisa, sem considerar os potenciais riscos enfrentados pelos próprios pesquisadores durante a condução do estudo. Os entrevistados destacam preocupações relacionadas à própria integridade física, incluindo assédio por alguém do campo, exposição de dados sensíveis, desafios ao lidar com contextos de vulnerabilidade, desafio de não criar danos para os participantes e riscos na carreira acadêmica. Citações dos entrevistados revelam como os pesquisadores podem estar sujeitos a pressões, ameaças e dilemas éticos ao conduzirem suas investigações,

"Quando a gente lida com contextos vulnerabilidades, a gente pode correr em algum risco de integridade física quando se adentra a cenários, a contextos em que de alguma forma o pesquisador se encontra diante de riscos de segurança." (Entrevistado 22) / "Direcionar a pesquisa (condução da entrevista / ação antiética); risco da exposição dos dados, especialmente em assuntos delicados; riscos físicos, como ameaças." (Entrevistado 1) / "Eu em campo já me vi em situações em que eu fui assediada por alguém no campo." (Entrevistado 10).

A proteção ética deve se estender a ambos os lados da pesquisa, garantindo a integridade, segurança e autonomia de todos os envolvidos no processo.

As formas de proteção dos participantes em pesquisas científicas evoluíram ao longo do tempo. Ao seguir os protocolos éticos corretamente é possível conduzir pesquisas com menos riscos. Além dessas formas de proteção, os pesquisadores entrevistados ressaltam o interesse na temática da vulnerabilidade e associam a ação dos pesquisadores em Administração à busca pelo entendimento dos desafios enfrentados no contexto de pesquisas envolvendo seres humanos como uma forma de minimizar os riscos.

O grau de importância da vulnerabilidade para a pesquisa em Administração vai depender de contextos específicos, da natureza e do tipo da pesquisa. Em situações de desigualdade ou marginalização, compreender e abordar a vulnerabilidade se torna importante, porém, em estudos com participantes menos vulneráveis, dados secundários e temas tranquilos, a relevância da vulnerabilidade pode ser menor. Isso pode ser percebido nas falas dos entrevistados:

"O conceito de vulnerabilidade é pouco abordado na área de Administração, onde leio e pesquiso. No entanto, acredito que seja relevante para minha área de estudo, que envolve políticas públicas e lidar com problemas sociais" (Entrevistado 22). / "Para a área de Administração, talvez vulnerabilidade seja importante para coisas específicas, como empreendedorismo social, ou para alguma atividade social de empresa, de responsabilidade social corporativa, etc., aí a vulnerabilidade é importante. Para estudos de Administração, não sei se é o conceito mais importante, mas para pesquisa, sim." (Entrevistado 9).

Existem diversas perspectivas sobre a importância da vulnerabilidade na pesquisa em Administração, alguns reconhecem seu valor em contextos específicos, como

empreendedorismo social e responsabilidade corporativa, outros sugerem que sua relevância pode ser mais limitada em estudos mais convencionais de Administração.

Um dos entrevistados propõe a criação de fóruns específicos para debater as implicações éticas em pesquisas que envolvem relatos sensíveis, que proporcionem um espaço para discutir não apenas os métodos de pesquisa, mas também as consequências emocionais e psicológicas para os participantes envolvidos. Enfatiza a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre a devolutiva dessas pesquisas por parte das revistas acadêmicas, questionando como o conhecimento gerado pode ser apresentado de maneira ética e responsável às comunidades estudadas.

“O quê que envolve simplesmente esse relato antropológico, mas que pode despertar traumas nessas pessoas? Então acredito que haver fóruns; haver talvez um debate das próprias revistas que publicam essas pesquisas. Qual é a devolutiva? Qual é a função social e política desse conhecimento que tá produzindo? (Entrevistado 25)”

4.3 Formação acadêmica e ética em pesquisa

Os entrevistados revelam uma lacuna significativa no contato com o conceito de vulnerabilidade durante a formação acadêmica, pois o tema não era uma prioridade nas discussões durante a graduação, levando a práticas inadequadas ou até mesmo prejudiciais. O Entrevistado 4 menciona que "em relação à questão da vulnerabilidade na minha época da graduação, isso não era um tema em pauta", afirma que é um tema mais recente. O entrevistado 5 disse que "não se falava em vulnerabilidade", indicando que a temática da vulnerabilidade não era amplamente discutida nem integrada nos currículos acadêmicos anteriormente.

"Em relação à questão da vulnerabilidade na minha época da graduação, isso não era um tema em pauta, é, a compreensão de mundo assim era outra, era mais simples." (Entrevistado 4) / "Eu acho que isso é um debate mais recente, então o meu contato nesse sentido, então foi muito pouco com esses temas." (Entrevistado 4) / "Não se falavam em vulnerabilidade, não..." (Entrevistado 5).

Alguns participantes mencionam que só tiveram contato mais aprofundado com a ética e vulnerabilidade em fases mais avançadas de suas carreiras acadêmicas, como no mestrado ou doutorado. Onde a ética em pesquisa parece ter recebido um foco maior, embora ainda de forma limitada e muitas vezes relacionada à metodologia de pesquisa. Entrevistado 9 menciona que teve contato com ética em pesquisa, mas só passou a integrar os conceitos de ética e vulnerabilidade quando começou a ensinar sobre o tema. Entrevistado 1 e Entrevistado 22 falam que as questões de ética eram discutidas principalmente em disciplinas de metodologia da pesquisa e projetos, indicando que essas disciplinas focavam na ética, mas não necessariamente na vulnerabilidade. Essa abordagem parece ter sido insuficiente para abordar a complexidade e a importância das questões de vulnerabilidade em conjunto com a ética em pesquisa, refletindo uma lacuna no currículo acadêmico.

"Tinha ouvido falar em ética em pesquisa, mas os dois juntos (ética e vulnerabilidade) comecei a falar quando dei aula sobre o tema, mas não no mestrado, doutorado, nem no comitê de ética, nem nada disso." (Entrevistado 9) / "Não tive nenhuma disciplina que tratou do conceito de vulnerabilidade. Mas tive disciplinas voltadas a partir de

metodologia da pesquisa que abordaram questões de ética na pesquisa." (Entrevistado 22) / "Era muito mais na metodologia que você discutia essa questão da ética, muito mais nas disciplinas de metodologia, de projeto que você trabalhava." (entrevistado 1).

Os entrevistados destacam a necessidade de integrar essas reflexões no ensino acadêmico, pois a ética vai além de meramente obter aprovação dos comitês éticos, sendo um processo contínuo de reflexão para entender e mitigar as potenciais repercussões negativas nas pessoas pesquisadas. O Entrevistado 24 sublinha que os pesquisadores devem considerar cuidadosamente as implicações emocionais e psicológicas ao lidar com temas sensíveis, como traumas ou vulnerabilidades, sugerindo que essa consciência deve começar já na formação de graduação e ser aprimorada ao longo da pós-graduação. Propõem transformar a ética na pesquisa em uma prática cotidiana, não apenas um requisito burocrático, visando garantir que as pesquisas sejam conduzidas de maneira responsável e respeitosa em todos os níveis acadêmicos e profissionais.

"Você vai chegar pra uma mulher que sofreu uma violência e você vai perguntar pra ela sobre isso? Quer dizer, quais são as implicações que tem isso? O pesquisador tem que refletir isso a priori. A gente, como professor que tá formando, a gente tem que tentar atuar nisso." (Entrevistado 24) / "Ética é o processo do pesquisador refletir, a todo momento que tá fazendo a pesquisa, quais são as implicações éticas daquelas ações que ele tá tomando. Esse é o ponto essencial."

A ausência do termo vulnerabilidade nas disciplinas de graduação mostra a evolução recente desse debate e a necessidade de uma maior ênfase nessa temática desde as fases iniciais da formação. A ética não deve ser vista apenas como um conjunto de normas morais, mas sim como uma parte essencial da vida e da orientação do pesquisador (Carvalho & Neto, 2015). Isso prepararia os futuros pesquisadores para lidar de maneira ética com os desafios associados à vulnerabilidade, garantindo a integridade e a responsabilidade nas atividades de pesquisa, promovendo um ambiente acadêmico mais justo, ajudando os pesquisadores a tomar decisões mais conscientes e a considerar os impactos de seus trabalhos na sociedade.

A formação ética dos estudantes é uma responsabilidade que deve ser assumida por professores e orientadores em todas as áreas de graduação. É interessante estimular e desenvolver essa consciência ética, pois são eles os responsáveis diretos ou indiretos pela criação científica dos discentes. Nesse contexto, o papel do professor vai além da mera transmissão de conhecimento, ele também deve incutir nos alunos o despertar por um rigor científico aliado a uma postura ética sólida e inabalável. Isso implica em despertar o senso crítico dos estudantes, ensinando-os a pensar, questionar e buscar o saber de forma ativa. A inquietude na busca pelo conhecimento ajuda no desenvolvimento de profissionais íntegros e conscientes de sua responsabilidade ética no exercício de suas futuras atividades (Tegata, 2008).

A preocupação ética deve ir além das exigências imediatas, sendo um fundamento essencial nas Ciências Humanas (Carvalho & Neto, 2015). Os programas de graduação e pós-graduação deveriam incluir obrigatoriamente um módulo específico sobre ética e vulnerabilidade na metodologia de pesquisa, seria uma medida para preencher essa lacuna, preparando os futuros pesquisadores para conduzir seus estudos de maneira responsável e

transparente. Essas disciplinas poderiam oferecer uma compreensão detalhada dos requisitos éticos, desde a formulação de hipóteses até a publicação dos resultados, para que os pesquisadores estejam bem informados sobre as normas e diretrizes vigentes, ajudando no avanço científico e na manutenção da confiança pública na ciência.

5. Conclusões

Neste trabalho buscamos preencher a lacuna existente na compreensão da vulnerabilidade nas pesquisas em CHSSA, com foco específico na área de Administração. Os principais resultados revelaram que os docentes de Administração percebem a vulnerabilidade como um conceito multifacetado, que abrange dimensões sociais, econômicas, políticas e relacionais. Essa percepção destaca a necessidade de abordagens éticas que levem em conta a complexidade e a interseção de múltiplos fatores que moldam a vulnerabilidade dos participantes.

Podemos inferir contribuições teóricas significativas para a área de Administração a partir desses resultados. Primeiro, a vulnerabilidade deve ser entendida como um fenômeno dinâmico e situacional, não restrito a características individuais, mas também influenciado por interações sociais e estruturais. Isso implica que as pesquisas em Administração devem ser colocadas em contexto e os participantes devem ser pensados em termos de assimetrias de poder, tanto no âmbito organizacional como no social. Essa perspectiva amplia a compreensão da vulnerabilidade, indo além das definições tradicionais e incorporando uma visão mais holística que pode informar a formulação de diretrizes éticas mais adequadas para pesquisas em Administração. Pensar a vulnerabilidade na Administração implica diretamente pensar nas relações de trabalho, na vida social do trabalhador, na humanização do trabalho e nos dilemas que se referem à lógica de mercado.

Em termos de contribuições práticas, a discussão sobre vulnerabilidade pode promover uma maior conscientização entre os pesquisadores da Administração sobre a necessidade de proteger os participantes de suas pesquisas. Essa reflexão é necessária. Além disso, a pesquisa destaca a necessidade de uma formação acadêmica mais robusta em ética e vulnerabilidade. Os entrevistados relataram uma lacuna significativa em sua formação inicial sobre esses temas, indicando que a integração de discussões sobre vulnerabilidade nas disciplinas de metodologia e ética de pesquisa pode preparar melhor os futuros pesquisadores para lidar com os desafios éticos em suas investigações. Seria adequado desenvolver módulos de “procedimentos éticos e vulnerabilidade na pesquisa” nas disciplinas de metodologia científica, visando abarcar a lacuna da formação dos pesquisadores de Administração em relação aos procedimentos e práticas de ética em pesquisa no Brasil.

Os resultados deste estudo reforçam a importância de repensar o sistema de revisão ética atual, propondo uma abordagem mais flexível e sensível às particularidades das CHSSA. Isso inclui uma maior representatividade dessas áreas nos processos decisórios dos comitês de ética e uma revisão crítica das práticas e orientações atuais, visando uma ética em pesquisa que seja inclusiva, contextualizada e alinhada às necessidades dos participantes.

A pesquisa possui algumas limitações, como a restrição geográfica e institucional dos entrevistados. Além disso, os entrevistados, embora sejam de diferentes universidades, podem não capturar todas as nuances da percepção de vulnerabilidade entre os docentes de Administração.

Como sugestão de pesquisas futuras, seria interessante coletar dados com pesquisadores do país todo sobre o tema da ética em pesquisa e sobretudo sobre as visões e abordagens a respeito da vulnerabilidade nos contextos de trabalho.

Agradecimentos

Gostaríamos de agradecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF) e à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) pela oportunidade e incentivo a produção da nossa pesquisa.

Referências

ALVES, A. C. Direito trabalho e vulnerabilidade. **Revista da Faculdade de Direito da UFPR**, Curitiba, v. 64, n. 2, p. 111-139, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/63907>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ALVES, Daniela Alves de; TEIXEIRA, Wanessa Milagres. Ética em pesquisa em ciências sociais: regulamentação, prática científica e controvérsias. **Educação e Pesquisa**, v. 46, p. e217376, 2020.

AMARAL FILHO, Fausto dos Santos. Ética e pesquisa nas Ciências Humanas e Sociais: um caso a ser pensado. **Práxis Educativa**, v. 12, n. 1, p. 257-266, 2017.

AQUINO, Afonso R. de et al. Vulnerabilidade ambiental. 2017.

BATISTOLLE, João Valdecir; DA SILVA JÚNIOR, Walter José. Comitês de Ética em Pesquisa e a Vulnerabilidade dos sujeitos: um relato de experiência. **O Mundo da Saúde**, v. 30, n. 3, p. 465-470, 2006.

BEAUCHAMP, T. L.; CHILDRESS, J. F. Princípios da ética biomédica. São Paulo: **Edições Loyola**, 2002.

CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. A formação do pesquisador e a dimensão ético-profissional. **História e Perspectivas**, Uberlândia, v. 52, p. 51-64, jan/jul. 2015.

CIOMS. International ethical guidelines for biomedical research involving human subjects. Geneva: **CIOMS**, 2002.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução nº 674 de 6 de maio de 2022. Tipificação da pesquisa e a tramitação dos protocolos de pesquisa no Sistema CEP/Conep. Brasília: **Ministério da Saúde**, 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Ofício Circular nº 11/2023/Conep/SECNS/DGIP/SE/MS. Orientações relacionadas ao processo de obtenção do assentimento de participantes de pesquisa menores de 18 anos e de pessoas com "ausência de autonomia" permanente ou temporária para consentir. **Ministério da Saúde**, 2023.

DEMO, Pedro. Pesquisa e informação qualitativa. **Papirus Editora**, 2001.

DE OLIVEIRA ESTEVES, Cláudio Jesus. Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. **Caderno IPARDES-estudos e Pesquisas**, v. 1, n. 2, p. 62-79, 2011.

DINIZ, Débora; CORRÊA, Marilena. Declaração de Helsinki: relativismo e vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, p. 679-688, 2001.

DUARTE, L. F. D. A ética em pesquisa nas ciências humanas e o imperialismo bioético no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 3, n. 5, p. 31-52, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.20336/rbs.90>.

FISCHER, Rosa Maria; NOVELLI, José Gaspar Nayme. Confiança como fator de redução da vulnerabilidade humana no ambiente de trabalho. **Revista de Administração de empresas**, v. 48, p. 67-78, 2008.

GUAZI, Taísa Scarpin. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. A resolução 510/16: diretrizes éticas para pesquisas em ciências humanas e sociais. **Caderno de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 24, n. 3, p. 429-433, 2016a.

GUERRIERO, Iara Coelho Zito. Ética nas pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: entre a norma e sua aplicação. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

KOTTOW, Miguel. História da ética em pesquisa com seres humanos. In: DINIZ, Débora et al. (Org.). Ética em pesquisa: temas globais. Brasília: **Letras Livres; EdUnB**, 2008. p. 53-86. E-book.

KOTTOW, M. Comentários sobre Bioética, vulnerabilidade e proteção. In: Garrafa, V.; Pessini, L. (orgs.). **Bioética poder e injustiça**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MAINARDES, Jefferson. A ética na pesquisa em educação: panorama e desafios pós-Resolução CNS nº 510/2016. **Educação**, v. 40, n. 2, p. 160-173, 2017.

MARTINS, Heloisa Helena T. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 30, n. 02, p. 289-300, 2004.

NEVES, M. P. Sentidos da vulnerabilidade: característica, condição, princípio. **Revista Brasileira de Bioética**, 2006; 2(2): 157-172.

NICACIO, Erimaldo Matias. O processo de avaliação ética de pesquisas em Ciências Humanas e Sociais: considerações sobre uma peculiaridade brasileira. **Práxis Educativa**, v. 18, 2023.

NICHIATA, LYI; BERTOLOZZI, MR, Takahashi RF, Fraccolli LA. A utilização do conceito “vulnerabilidade” pela enfermagem. **Rev Latino-americana Enfermagem**, Set-Out: 16(5), 2008.

ROGERS, W.; BALLANTYNE, A. Populações especiais: vulnerabilidade e proteção. **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**, 2008.

SANTANA, José Paranaguá de; LORENZO, Cláudio. Vulnerabilidade em pesquisa e cooperação internacional em saúde. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 4, n. 3-4, p. 156-169, 2008.

TENGAN, Cristiana et al. Autonomia e vulnerabilidade do sujeito da pesquisa. **Revista de Direito Sanitário**, v. 6, n. 1-3, p. 25-37, 2005.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In: TAVARES, J. (Org.). **Resiliência e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

WILKINSON, M.; MOORE, A. **Inducement in research**. **Bioethics**, 1997; 11(5): 373-89.